



## MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE

ESTADO DO PARANÁ

### DECRETO Nº 4250/2025

**Ementa:** Dispõe sobre a anulação do ato de exoneração a pedido do servidor GUILHERME SCHREINER e determina sua reintegração ao cargo efetivo de Técnico de Informática, com efeitos retroativos e condicionantes, e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 54 da Lei Municipal nº 1.990/2009, os artigos 4º, inciso III, e 171, inciso II, do Código Civil Brasileiro, e considerando o teor do Processo Administrativo nº 01/2025,

**CONSIDERANDO** que o servidor GUILHERME SCHREINER, matrícula nº 5513334, foi nomeado para o cargo efetivo de Técnico de Informática em 12 de novembro de 2020, por meio da Portaria nº 20.491/2020, após aprovação em concurso público nº 002/2019;

**CONSIDERANDO** que, a partir de março de 2021, o referido servidor passou a apresentar um quadro clínico que, conforme vasta documentação médica, indicava significativo prejuízo laborativo e comprometimento de sua capacidade de autodeterminação;

**CONSIDERANDO** que, em 21 de dezembro de 2021, Guilherme Schreiner solicitou sua exoneração do cargo, a qual foi formalizada pela Portaria nº 30.149/2022, contudo, à época do pedido, o servidor se encontrava em tratamento de saúde, com um quadro que indicava perda significativa de sua capacidade de autodeterminação e discernimento, conforme corroborado pelos documentos anexos ao requerimento e, posteriormente, por perícia de órgão competente;

**CONSIDERANDO** que a tese central do pedido de reintegração se fundamenta no vício de consentimento, alegando que a manifestação de vontade do servidor para sua exoneração estava comprometida em razão de sua condição de saúde;

**CONSIDERANDO** que o Processo Administrativo nº 01/2025 foi devidamente instaurado para apuração dos fatos e instrução probatória, com a definição de pontos controvertidos essenciais, tais como a (in)capacidade civil do requerente à época da exoneração, a existência de vício de consentimento, o dever de cautela da administração e a renúncia aos valores retroativos, conforme detalhado no *Despacho Administrativo nº 01/2025*;

**CONSIDERANDO** que, no curso da instrução processual, foram realizadas oitivas de testemunhas em 05 de junho de 2025, cujos depoimentos corroboraram a mudança no comportamento e desempenho do servidor, indicando um estado que comprometia sua capacidade de tomar decisões importantes, incluindo a exoneração;



## MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE

### ESTADO DO PARANÁ

---

**CONSIDERANDO** que foi realizada perícia médica indireta pela Secretaria Municipal de Saúde, conduzida por profissional habilitado, que concluiu pela existência de indícios de que, no momento da solicitação de desligamento, o servidor não estava em pleno gozo de suas faculdades mentais, apresentando comprometimento de sua capacidade para julgamento e autodeterminação;

**CONSIDERANDO** que o Município de Santo Antônio do Sudoeste tinha ciência do estado de saúde do servidor, evidenciado por requerimento de afastamento por benefício de incapacidade e solicitação de licença não remunerada, e que a ausência de avaliação oficial ou exame demissional antes da formalização da exoneração constituiu uma falha administrativa, conforme destacado nos autos;

**CONSIDERANDO** o Parecer Jurídico da Procuradoria Municipal, datado de 27 de junho de 2025, que, após análise minuciosa das provas documental, testemunhal e pericial, opinou pela legalidade do processo administrativo e pela necessidade de reconhecimento da nulidade do pedido de exoneração por vício de consentimento, estando a decisão solidamente fundamentada no direito administrativo, nas normas do Código Civil e na jurisprudência aplicável;

**CONSIDERANDO**, por fim, a Decisão Administrativa nº 01/2025, proferida no Gabinete do Prefeito, que acolheu o parecer jurídico e reconheceu a procedência da pretensão do requerente, com base no conjunto probatório robusto que demonstra a incapacidade do servidor à época do ato de exoneração;

### D E C R E T A

**Art. 1º.** Fica **ANULADO** o ato de exoneração a pedido do servidor GUILHERME SCHREINER, matrícula nº 5513334, do cargo efetivo de Técnico de Informática, formalizado pela Portaria nº 30.149/2022, de 21 de dezembro de 2021, em virtude de comprovado vício insanável de consentimento decorrente de condição de saúde que afetava sua capacidade.

**Art. 2º.** Em consequência da anulação prevista no artigo anterior, fica o servidor GUILHERME SCHREINER **REINTEGRADO** ao cargo efetivo de Técnico de Informática, com todos os efeitos legais e funcionais, retroativamente à data de sua exoneração (21 de dezembro de 2021), garantindo-se a continuidade do vínculo funcional.

**Parágrafo único.** Não será devido qualquer pagamento retroativo ao servidor referente ao período de afastamento entre a exoneração indevida e a presente reintegração, em decorrência da renúncia expressa e homologada do requerente a tal ressarcimento.

**Art. 3º.** A efetivação da reintegração de que trata o Art. 2º deste Decreto fica condicionada à realização de exame admissional por parte do Município de Santo Antônio do Sudoeste, a fim de



## MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE

### ESTADO DO PARANÁ

---

aferir a atual aptidão física e mental do servidor para o pleno exercício das atribuições inerentes ao cargo de Técnico de Informática.

**Art. 4º.** A Secretaria Municipal de Administração e o Setor de Recursos Humanos deverão adotar, imediatamente, todas as providências administrativas necessárias para o fiel cumprimento deste Decreto, incluindo os registros de pessoal e a comunicação aos órgãos competentes, com efeitos para a reintegração física a partir de 01 de julho de 2025.

**Art. 5º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 6º.** Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Santo Antônio do Sudoeste/PR, 30 de julho de 2025.

**RICARDO ANTONIO ORTINÃ**  
PREFEITO MUNICIPAL